

**O filme *medida provisória* e a reflexão sobre a perpetuação da memória
colonial negra**

**The film *executive order* and the reflection on the perpetuation of the black
colonial memory**

Laís Batista Melo¹

RESUMO

Apresenta o filme *Medida Provisória* como uma fonte de informação relacionada a pautas do Movimento Negro no Brasil. A obra refletiu sobre a perpetuação da Memória Colonial negra brasileira por meio de uma visão distópica da realidade, onde buscou abordar sobre a causa e consequência de atitudes racistas tidas como empecilhos para a população negra. Obteve-se como objetivo geral refletir sobre a temática da perpetuação da Memória Colonial negra transmitida no longa-metragem *Medida Provisória*. Os objetivos específicos propõem: analisar o audiovisual como fonte de informação; compreender o impacto da perpetuação da memória Colonial negra na sociedade; e refletir sobre o papel do filme *Medida Provisória* como fonte disseminadora sobre o Movimento Negro. Na metodologia, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória com abordagem qualitativa, baseando-se nas concepções adquiridas ao revisar literaturas técnico-científicas nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Cinema. Conclui-se que o longa-metragem *Medida Provisória* é uma fonte de informação fundamental ao facilitar a compreensão do papel disposto pela perpetuação da Memória Colonial e seu impacto na luta contra a discriminação racial de pessoas negras no Brasil, auxiliando na identificação racial e na absorção de cultura e memória negra no Brasil.

Palavras-chave: audiovisual como fonte de informação; *medida provisória*; perpetuação da memória colonial.

ABSTRACT

It presents the film *Executive Order* as a source of information related to the agenda of the Black Movement in Brazil. The work reflected on the perpetuation of Brazilian black Colonial Memory through a dystopian vision of reality, where it sought to address the cause and consequence of racist attitudes seen as obstacles for the black population. The general objective was to reflect on the theme of the perpetuation of black Colonial Memory transmitted in the feature film *Executive Order*. The specific objectives propose: to analyze the audiovisual as a source of information; to understand the impact of the perpetuation of black Colonial memory on society; and to reflect on the role of the film *Executive Order* as a disseminating source about the Black Movement.

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2626-0911>. E-mail: laais.bmelo@gmail.com



In the methodology, bibliographical, documentary and exploratory research was developed with a qualitative approach, based on the concepts acquired when reviewing technical-scientific literature in the areas of Information Science, Library Science and Cinema. It is concluded that the feature film *Executive Order* is a fundamental source of information in facilitating the understanding of the role played by the perpetuation of Colonial Memory and its impact in the fight against racial discrimination of black people in Brazil, assisting in racial identification and absorption of black culture and memory in Brazil.

Keywords: audiovisual as information source; *executive order*; perpetuation of colonial memory.

Submetido em: 14 jun. 2023

Aprovado em: 06 dez. 2023

1 INTRODUÇÃO

A informação é considerada como uma combinação de dados gerais e/ou específicos, que passaram por análise e interpretação dos fatos, e são expressos em diferentes formas, como livros, catálogos e manuais. Carvalho (2001) prevê que a utilização e compreensão de materiais audiovisuais, como filmes e documentários, como fontes de informação, estão relacionadas ao conhecimento de que a dinâmica de acesso a essas fontes varia conforme a necessidade informativa do usuário. Enquanto as fontes formais são predominantemente encontradas em formatos físicos e eletrônicos, as fontes de informação informais, obtidas por meio de blogs e plataformas digitais voltadas para o entretenimento, são facilmente produzidas e transmitidas de forma oral ou eletrônica, não exclusivamente direcionadas ao meio científico.

Nojosa, Melo e Berrêdo (2021) explicam que a compreensão de um recurso audiovisual como fonte de informação é uma introdução para o entendimento de que as fontes de informação são parte de um sistema baseado em memória e atividades da sociedade em que vivemos. Ao reconhecer e incorporar o audiovisual nesta categoria, junto aos novos e velhos suportes de informação, tem-se uma prospecção na contribuição social que carrega uma fonte de informação.

O longa-metragem *Medida Provisória* é estudado como uma fonte de informação devido à sua intenção de proporcionar uma reflexão embasada em fatos históricos da perpetuação da Memória Colonial negra na sociedade. Descreve-se que o fenômeno de perpetuação ocorre por conta de uma série de ações que contribui

para a disseminação de uma ideologia de “raça superior” que facilita a segregação social e interfere nos direitos de indivíduos negros.

Interpreta-se que a identificação da perpetuação da Memória Colonial negra em sociedade é fruto de um pensamento racista, especialmente no contexto brasileiro, sendo importante destacar que o surgimento desta ideologia originou-se em um cenário político próximo ao evento da Abolição da Escravatura. Percebe-se que a forma atual de racismo não se resume apenas a uma reação ao movimento político igualitário do passado, mas como um mecanismo para que as elites intelectuais mantenham e protejam seus próprios privilégios, independente de sua contemporaneidade.

Anúnciação (2012) retrata, por meio de sua obra adaptada para longa-metragem, uma realidade distópica que serve como um convite à reflexão sobre a persistência de uma Memória Colonial que assombra continuamente a comunidade negra. Essa Memória Colonial impacta de forma constante nas iniciativas e esforços do Movimento Negro em busca do reconhecimento dos direitos civis, jurídicos e humanos dos indivíduos afrodescendentes.

A metodologia disposta neste estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, documental e exploratória com abordagem qualitativa, baseando-se nas concepções adquiridas por meio de literaturas técnico-científicas das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Cinema. O levantamento bibliográfico e documental constituiu-se a partir do longa-metragem *Medida Provisória*, baseado na obra de “Namíbia, Não!” de Aldri Anúnciação (2012), e nos trabalhos voltados para a compreensão e luta do Movimento Negro encontrados em publicações acadêmicas.

A absorção de valores transmitidos no que tange a cultura negra é elemento fundamental para a identificação de uma comunidade e o entendimento de seus deveres, direitos e privilégios. O filme *Medida Provisória* provoca uma reflexão sobre a perpetuação da Memória Colonial negra, enfatizando que, mesmo em um contexto distópico, há uma preocupação sobre como as consequências desse fenômeno ditarão o cotidiano da comunidade negra brasileira, assim questiona-se: por que ainda ocorre a perpetuação da Memória Colonial e como o audiovisual torna-se uma fonte de informação que intervém em prol da Memória e do Movimento Negro nesta situação?

Destaca-se que o objetivo geral deste estudo foi refletir sobre a temática da perpetuação da Memória Colonial negra transmitida no longa-metragem *Medida Provisória*, sendo amparada pelos objetivos específicos: a) analisar o audiovisual enquanto fonte de informação; b) compreender o impacto da perpetuação da Memória Colonial negra na sociedade; e, c) refletir sobre o papel do filme *Medida Provisória* enquanto fonte disseminadora sobre o Movimento Negro. Os resultados encontrados demonstram um conjunto de debates trazidos pelo filme a partir de seu enfoque na importância da memória negra para sua cultura, disseminação e identidade.

2 O AUDIOVISUAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

A informação é tida, academicamente, como uma composição de dados gerais e/ou específicos, após o processo de análise e interpretação de seus fatos, manifestada em diversos tipos de suporte, como livros, catálogos e manuais. Nesse caso, o tipo de suporte em que se encontra manifesta-se também como sua fonte de informação, podendo ser de origem primária, secundária ou terciária, atingindo outros termos de acordo com sua necessidade. Para Cunha (2001), as fontes de informação podem ser encontradas numa variedade infinita de suportes, indo além dos suportes convencionais físicos, e abrangendo novos suportes aliados à tecnologia e inovação, como o uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários, entre outros).

Observa-se, a partir da visão de Cunha (2001), que é devido à possibilidade de inserção de novas tipologias de suportes de informação que se proporciona às fontes de informação uma maior longevidade na informação documentada, esta apresentando-se desde manuscritos até recursos audiovisuais e outras novas tecnologias para o auxílio da pesquisa. Assim, entende-se que as fontes de informação são mecanismos de transmissão de informação que correspondem às necessidades informacionais do usuário.

Oliveira e Ferreira (2009) caracterizam as fontes como documentos, pessoas ou instituições responsáveis pelo fornecimento de informações pertinentes para a contemplação e estudo de uma determinada área, consolidando-se assim como agentes essenciais para a produção de conhecimento. De maneira similar, Lemos e Ferreira (2016) explicam que o motivo pela qual as fontes de informação são constantemente atualizadas e disponibilizadas em novas variedades de suporte está diretamente vinculado ao processo de pesquisa, de busca do conhecimento, e de seu

acesso. Independente da maneira como se dispõem, a tipologia de uma fonte de informação pode ser reconhecida a partir de sua finalidade informacional, assim classificadas entre primárias, secundárias e terciárias. Em uma visão mais aprofundada, aponta-se que:

Fontes primárias são aquelas elaboradas pelo próprio autor, que são necessárias para a fundamentação de outras pesquisas. Exemplos de fontes primárias são os livros, artigos, anais de congressos, leis, cartas, discursos, relatórios científicos, e-mails e normas técnicas. As fontes secundárias apresentam um segundo autor que fornece interpretações sobre as fontes primárias, exemplos delas enciclopédias, biografias, dicionários, vídeos e manuais. E as fontes terciárias podem ser interpretadas como uma junção entre as fontes primárias e secundárias, como bibliografias, bibliografias de bibliografias e revisões de literatura (Lemos; Ferreira, 2016, p. 22).

O uso e compreensão de materiais audiovisuais (filmes e documentários) como fontes de informação é expresso através dos conhecimentos de que a dinâmica de acesso às fontes de informação varia conforme a necessidade informacional do usuário, portanto enquanto as fontes formais apresentam-se majoritariamente em suportes físicos e eletrônicos, as fontes de informação informais, adquiridas por blogs e/ou plataformas digitais voltadas para o entretenimento, são facilmente produzidas e transmitidas por via oral ou por via eletrônica não voltada exclusivamente para o meio científico (Carvalho, 2001).

Brito (2018) crê que, no que tange o aspecto da fonte de informação abordada por Dodebei (2009 *apud* Brito, 2018, p. 9), a informação é um “registro em suporte material” onde se destaca o filme como uma fonte informacional, inserida frequentemente no âmbito educacional. A proposta desta inserção refere-se ao filme como um recurso pedagógico a ser utilizado para uma maior compreensão e absorção do conhecimento, e também como fontes históricas de pesquisas científicas em campos das Ciências Sociais, como a História, Comunicação e Sociologia.

Brito (2018, p. 9-10) comenta:

O filme como uma fonte primária provoca, antes de tudo, uma discussão de importância para os estudos em Biblioteconomia a partir de um olhar criterioso que permite ler em suas entrelinhas o poder da informação, seu acesso e uso, através do uso das fontes informacionais. Tratado como arte, o filme visto sob uma ótica maior, a do cinema estimula as múltiplas leituras ao permitir que o telespectador veja a representação da realidade ao descortinar um mundo de criatividade e efeitos visuais, não impedindo o processo de compreensão e apreensão da realidade. Em acordo, Souza (2001, p.29) afirma que “[...] a imagem fotográfica, capaz de um registro mecânico, permite ao cinema essa aproximação da realidade”. Assim, vemos no filme uma fonte de informação

relevante, não tradicional que se enquadra a outras fontes como a pintura, a fotografia, os objetos tridimensionais. E que a cada dia assume papel relevante de objetos representativos e construtores da história da humanidade.

Ainda em mesmo discurso, percebe-se a amplitude trazida pela exibição de um filme em busca de absorção de informações, esclarecendo que por vezes a aproximação com a realidade auxilia na decodificação de dados implícitos ao tema e que são facilmente ignorados numa leitura mais superficial. Essa característica em específico enaltece a inserção do filme como fonte primária de informação.

Brito (2018) aborda em seus resultados, provenientes de debates e produção de relatórios com seu grupo amostral, que o filme enquanto fonte de informação apresenta-se dentro numa estrutura onde é possível reconhecer ações relacionadas à “manipulação da informação, poder da informação, informação e comunicação, documento e memória” (Brito, 2018, p. 15). O caráter interpretativo desta perspectiva auxilia na descaracterização de um ponto de vista individual.

Destaca-se dentro desta temática de manipulação da informação, o recurso do “mito da história única”, ou seja, erroneamente absorver que há apenas um lado de uma história a ser contado e que outras versões estariam contribuindo para uma distorção de fatos. O filme como uma fonte de informação apresenta-se dessa forma como uma maneira de expor os vários lados de um fato e possibilitando um entendimento geral da situação para seus espectadores.

Cerigatto e Casarin (2015) destacam o audiovisual como um recurso, principalmente proveniente da televisão e do cinema, analisando suas funções informativas, formativas e de entretenimento. Embora muitas pesquisas apontem para uma recepção ativa do conteúdo midiático, há ainda muitos que mantêm uma postura passiva diante do que é veiculado, sem questionamento ou reflexão. Entende-se que o audiovisual, por seu um recurso tecnológico ainda recente se comparado com outros suportes de informação, tem um longo caminho a percorrer dentro de sua incorporação como tipologia de informação, e esta perspectiva dificulta a disseminação de sua importância para a sociedade, muitas vezes trazendo a errônea ideia de que ele vem para substituir, quando propõem complementar o acesso à informação.

Adiciona-se ao estudo que os pesquisadores ressaltam que o que é visto na televisão não pode substituir o que é lido nos livros, e vice-versa. O audiovisual proporciona uma experiência visual que auxilia na compreensão da informação, algo que os materiais impressos não conseguem oferecer. Além disso, destacam a diferença no ritmo de processamento entre os dois meios, observando que o audiovisual não acompanha o pensamento individual da mesma forma, e a perda de informações é provável se o vídeo não puder ser revisado, ao contrário do que ocorre com o material impresso (Cerigatto; Casarin, 2015). Em resumo, cada meio afeta o pensamento de maneira distinta, e a aprendizagem em nossa cultura frequentemente ocorre através do uso de vários meios.

Rosa, Santos e Simionato (2018) preveem que os documentos audiovisuais são artefatos que transmitem informações por meio de signos sonoros e visuais, e que, de um ponto de vista histórico, agregam valor patrimonial ao serem inseridos em acervos, contribuindo para a preservação do patrimônio e estabelecimento de memória, além de gerarem economia ao serem comercializados. Produções audiovisuais, como filmes e novelas, proporcionam narrativas distintas em comparação com as informações presentes em livros, revistas e jornais da mídia impressa, permitindo a análise comparativa e a compreensão de significados variados consoante o meio. Farias Júnior (2014 *apud* Cerigatto; Casarin, 2015) ressalta a importância de realizar uma análise crítica e comparativa, aliando o audiovisual à consulta de outras fontes, especialmente fontes primárias, para que os alunos construam o conhecimento histórico de maneira mais robusta.

As literaturas refletidas enfatizam em seus argumentos que não se intenciona desqualificar o audiovisual como fonte de informação, mas sim auxiliar seus usuários na percepção de que se trata de um jogo de representações que deve ser entendido criticamente (Brito, 2018; Cerigatto; Casarin, 2015; Rosa; Santos; Simionato, 2018). Além disso, destaca-se a relevância documental e histórica do audiovisual para a produção e disseminação da educação e da informação, indicando que as fontes audiovisuais ampliam a concepção de fonte histórica e as estratégias de análise documental.

A maneira como ocorre o tratamento de recursos audiovisuais (filmes, documentários, microfilmes entre outros) como mídia de informação em unidades de

informação públicas e privadas também reflete o valor de sua importância para a sociedade. Lima (2016 *apud* Rosa; Santos; Simionato, 2018) menciona que os documentos audiovisuais são, por vezes, postos a planos secundários em setores denominados “especiais”, mas sem um planejamento consistente, impossibilitando sua inserção efetiva no sistema de catalogação do acervo da unidade de informação e, logo, de sua recuperação, resultando em sua colocação em depósitos. Essa abordagem equivocada impede a compreensão adequada do valor dos documentos audiovisuais nas instituições de informação.

Royan, Cremer, *et al.* (2006 *apud* Rosa; Santos; Simionato, 2018) destacam a importância dos audiovisuais para as bibliotecas, considerando-os parte do patrimônio cultural e fonte valiosa para a preservação da sociedade e da instituição, podendo ser considerados como um reflexo dos serviços desenvolvidos na unidade de informação.

Entende-se que o filme, assim como a maioria das fontes de informação, seria não apenas um recurso facilitador de aprendizado e acesso à informação, mas também como, um recurso de mediação e de incentivo de “conceitos que permeiam o universo das fontes informacionais, proporcionando uma leitura crítica sobre as diversas tipologias, características e objetivos” (Brito, 2018, p. 15). Nojosa, Melo e Berrêdo (2021) explicam que a compreensão de um recurso audiovisual como fonte de informação é uma introdução para o entendimento de que as fontes de informação são parte de um sistema baseado em memória e informação da sociedade em que vivemos, e a sua consolidação contribui para a prospecção de sua finalidade informacional.

Após o estudo das literaturas selecionadas, percebe-se que o audiovisual ainda é um material de complexa interpretação em relação à representação e organização da informação. Uma vez que o suporte audiovisual pode representar uma fonte de informação primária (elaboradas pelo próprio autor e necessárias para a fundamentação de outras pesquisas), e ainda pode ser desempenhado como uma fonte terciária. Para a organização informacional, no entanto, caracteriza-se o filme como uma fonte primária de informação independente de seu conteúdo, pois apesar de poder ser uma reinterpretação de uma obra, sua disposição de informação ainda traz caráter inédito e fundamentalmente crítico.

3 O AUDIOVISUAL NA PERSPECTIVA DE ENFRENTAMENTO E DESCONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLONIAL

A perpetuação da Memória Colonial para o Movimento Negro é entendida como uma série de ações explícitas e implícitas que sugerem a segregação social a partir da lógica de existência de uma “raça superior”. Através desta ótica, percebe-se que o conjunto de ações que contribuem para esse conceito é referenciado pela distinção de “história” e “memória” e sua participação no meio social, em que se insere a relação entre passado e presente.

Le Goff (1990) explica que a palavra “história” provém do grego antigo em dialeto jônico, *historie*, o que significaria “testemunha”, ou “aquele que vê”. Em uma visão geral da origem da palavra, o conceito de história está ligado ao sentido de presenciar/reconhecer um primeiro problema. O autor ainda aponta que a definição de “memória” deriva-se de uma partícula do que seria “história”, portanto um conjunto de impressões ou informações passadas, ou que se apresenta como passadas, transmitidas por um indivíduo.

Para Tomaim (2019), a diferenciação entre “memória” e “história” é melhor entendida em meio prático, sendo assim, a memória refere-se a um fato ou situação que se encontra em tempo passado ou presente, e suas possíveis falhas colaboram com verificações futuras de acordo com desdobramentos históricos. Já a história é o estudo acadêmico responsável por instrumentalizar a memória e, portanto, verificá-la segundo a demanda de informações obtida.

Assim, percebe-se que a memória transcende os limites do tempo, sendo um fenômeno construído socialmente com o propósito de preservar a experiência vivida, estabelecendo profundas conexões com a informação, já que ambas se revelam por meio de objetos carregados de significado. A memória se expressa em diversos formatos, como no audiovisual, que representa uma maneira tangível de registrar informações. Ao longo da história, as pessoas têm buscado métodos para registrar seus pensamentos e conhecimentos, e o documentário (recurso audiovisual) se configura como uma maneira de retroceder a eventos passados, possibilitando uma compreensão mais profunda do presente para aqueles que vivem no agora (Nojosa; Melo; Berrêdo, 2021).

A atribuição dada pelos termos “memória” e “história” é o de compreender o que é tido como passado pela sociedade, pois é a partir desse conhecimento que se estuda o tempo presente. Le Goff (1990) explica, através das discussões de caráter geral sobre passado/presente na consciência histórica, que Hobsbawm (1972 *apud* Le Goff, 1990) levantou o problema da "função social do passado", entendendo por passado o período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se lembra diretamente. A maioria das sociedades considera o passado como uma forma de modelo para o presente.

Observa-se que é através desta devoção pelo passado que proporciona-se compreender as oportunidades de inovação e mudança para o desenvolvimento de um espaço. Ou seja, a relação de uma sociedade com o passado baseia-se em identificar as problemáticas, erros e situação de recursos da época, e através disso fabricar no presente uma correção destes aspectos. A expectativa do passado é tecida ao presente como uma forma de equalização, acredita-se que a relação de uma informação pouco aprofundada tende a perpetuar-se em sociedade de forma errônea, enraizando-se em uma estrutura sistemática e precarizando seus serviços e evolução. Nora (1993) explica que, da mesma forma que uma sociedade pode florescer com um olhar sobre sua evolução histórica, geralmente, contribui também para seu declínio e decadência.

Em uma abordagem mais aprofundada, Nora (1993) explica que a relação entre passado e presente é fruto de uma aceleração histórica que contribui para o fenômeno a qual intitula como “o fim da história-memória”. A aceleração histórica é “[...] toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, [...] e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque são levadas pela mudança,”. (Nora, 1993, p. 8).

De fato, muitos registros históricos (livros, periódicos, microfilmes, músicas, filmes, cinema e bases de dados digitais) são armazenados e gerenciados em bibliotecas, museus e arquivos como forma de eternizar a história, mas a falta de interpretação e olhar crítico sobre esses recursos compõem a aceleração histórica explicada por Nora (1993). Reconhece-se a importância do conhecimento dos fatos históricos para a implementação e manutenção de programas, políticas e ações estatais voltadas para ajustes sociais, políticos, econômicos e culturais, contribuindo,

em última instância, para o desenvolvimento de uma cultura democrática pautada pela paz, justiça social e humanidade. Considerando-se o período escravocrata, que abrangeu quase quatro séculos da história do Brasil, como cenário prático para a disposição do “fim da história-memória”, percebe-se que, apesar da existência de diversos documentos históricos que testemunham essas práticas desumanas, atualmente, ainda há discursos que contribuem para a ignorância e desinformação, negando o passado e criando narrativas alternativas em torno desse período sombrio. Além da natural dissipação da memória ao longo dos séculos, ações diretas e intencionais também colaboram para o apagamento da história social (Lima *et al.*, 2023).

Sob o mesmo viés interpretativo, Souza e Borges (2020) utilizam-se do aspecto filológico para compreender a relação entre História e memória, e seus impactos na sociedade. Segundo os estudos das autoras, a filologia compreende que um documento possui em sua essencialidade um construto político que deriva do cruzamento entre memória, saber e poder, e que este por sua vez produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento. O papel do filólogo-editor, profissional da área, é disposto como forma de mediação editorial, colaborando com a prática sociocultural de construção de sentidos dentro do processo de construção e reconstrução histórica, oferecendo reposicionamentos e revisitações quanto aos paradigmas de cientificidade em vigência. O audiovisual em sua disposição como filme permite que se revise aspectos críticos em uma sociedade para análise sociocultural, esclarecendo suas origens e processo de disseminação direto e indireto ainda remanescentes.

Para o movimento de enfrentamento e desconstrução de identidades étnico-raciais, a perpetuação da Memória Colonial seria, portanto, em um contexto histórico, fruto de uma memória coletiva baseada em escravidão, imperialismo e ideal de uma “raça superior”, que mediante uma aceleração história contribui para a falta de mudanças comportamentais, as desinformações e perdas de informações são efeitos colaterais que agravam esse quadro. O Movimento Negro neste espaço busca contribuir para o reconhecimento de memórias da população negra que foram “apagadas” da História devido aos interesses de uma sociedade passada.

Após verificações, nota-se que o conjunto de pensadores que se destacam por sua postura nas batalhas sociais, sempre esteve presente, mas é a partir da década de 1990, no Brasil, que este grupo passa a adquirir uma identidade específica no âmbito do conhecimento acadêmico, como Nivalda Costa que influenciou uma geração de indivíduos provenientes da Bahia através de sua orientação política em práticas socioculturais delineadas nos primeiros anos da década de 1970, durante o curso de formação de atores oferecido pela Universidade Federal da Bahia de 1972 a 1974, período marcado por forte articulação sociopolítica e cultural, movimentos de contracultura e a afirmação de valores de matriz afrodescendente e popular.

Esses intelectuais, que se veem como produtores e mediadores culturais que reconhecem e defendem a cultura como um direito, posicionam-se de maneira autônoma e comprometida, denunciando privilégios e manipulações, atuando como amadores e exilados, enfrentando inúmeros desafios. Eles desenvolvem práticas de conhecimento que se opõem às formas de dominação e à relação desigual de saber-poder, uma herança do colonialismo reforçada na economia capitalista. Nesse contexto, contribuem para a "descolonização do saber, articulando, de forma consistente, diferentes perspectivas críticas à epistemologia moderna" (Santos; Meneses, 2009, p. 18 *apud* Souza; Borges, 2020), defendendo o reconhecimento da diversidade epistemológica, ontológica e cultural (Souza; Borges, 2020).

Nora (1993) comenta ainda que a discussão sobre a relação entre memória e história, ressalta a distância que se estabeleceu entre elas ao longo do tempo. No entendimento do autor, a memória é uma força integrada, poderosa e inconsciente, que conecta o passado ancestral ao presente mitológico. Por outro lado, a história é apresentada como uma conquista moderna dos homens, transmitida em forma de uma responsabilidade de mudança que busca erradicar e substituir a memória.

Lima *et al.* (2023) esclarecem que as perdas de informação e memória constituem verdadeiros ataques ao conhecimento e à cultura contemporânea. O apagamento, seja intencional ou não, faz parte da trajetória histórica da humanidade e pode ser interpretado como uma condição, esquecer rapidamente informações obsoletas e adaptar-se prontamente a novos hábitos, é definido por Bauman (2007, p. 9-10 *apud* Lima *et al.*, 2023) como uma alternativa mais crucial para o sucesso futuro do que reter eventos passados na memória e formular estratégias com base em

aprendizados prévios. No entanto, é crucial enfatizar que, na perda intencional, estão embutidos interesses políticos, de poder e de dominação social. Quando a informação e o conhecimento são deliberadamente perdidos, abre-se espaço para uma reescrita da história, promovendo uma rede de desinformação em torno da memória social.

O processo de rompimento da memória pela história torna-se um ponto convulsivo que revela uma ruptura na identidade social. Além disso, o efeito mencionado colabora para o fim das sociedades-memória, tidas como igrejas, escolas e famílias, que tradicionalmente preservam e transmitem valores, assim como o fim das ideologias-memória, que indicam como lidar com o passado para preparar o futuro (Nora, 1993). A desinformação, ao ser examinada em relação à dinâmica do registro e da memória, segundo a perspectiva de Demo (2000 *apud* Lima *et al.*, 2023), revela-se como parte integrante da informação, embora com um sentido oposto. Enquanto a informação verdadeira visa diminuir as incertezas sobre fenômenos e eventos, a desinformação procura manipular a sociedade, promovendo interpretações direcionadas aos interesses duvidosos do emissor.

As perspectivas trazidas pelos autores Le Goff (1990) Lima *et al.* (2023) e Nora (1993) leva-nos a delinear a causa e consequência prevista pela discussão sobre a perpetuação da Memória Colonial, uma vez que é visível que a percepção histórica é influenciada pelos meios de transmissão informacional, principalmente os voltados para a mídia, substituindo a memória íntima por uma superficialidade efêmera e comum da atualidade. Para as comunidades que não são de interesse a esse sistema de diluição e substituição de memória, resta apenas buscar por mudanças sociais com reafirmações de seus espaços e contribuições sociais por meio de eventos, instituições e memoriais. Percebe-se que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (Nora, 1993, p. 13).

Redirecionado para a comunidade negra, a motivação da perpetuação da Memória Colonial pode ser identificada na literatura de Pinto e Ferreira (2014). Os

autores explicam que o período escravagista no Brasil foi caracterizado pela desumanização e objetificação dos indivíduos escravizados, resultando na construção de uma imagem desumanizada do negro. Além disso, o legado do período inclui a persistência de estereótipos e atributos destinados às pessoas negras, que ainda acabaram por se enraizar no imaginário social brasileiro. Na era republicana, a exclusão dos negros do processo produtivo, juntamente com teorias racistas, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, reforçaram preconceitos e estereótipos que perpetuam o racismo até a atualidade.

Silva (2019) comenta que, no final do século XVII, a aceitação como ser humano dependia da descendência de Adão, segundo a Teologia e as Escrituras. O mito dos três Reis Magos, que incluía um representante africano, simbolizava a presença das três raças. No século XVIII, os filósofos iluministas começaram a questionar a autoridade da Igreja como detentora do conhecimento, rejeitando explicações religiosas para a história da humanidade. Em vez disso, eles passaram a utilizar o conceito de raça das ciências naturais e iniciaram a classificação das pessoas em grupos raciais distintos. Observa-se, portanto, que o conceito de raça foi estabelecido como uma ferramenta para classificar a diversidade humana e, infelizmente, foi utilizado para subjugar ou subordinar aqueles considerados pertencentes a "raças inferiores".

A autora comenta que os critérios para a separação das raças baseou-se na cor da pele do indivíduo, ao qual o nível de melanina presente na pele colaborava para a segregação racial. No século XIX, adicionou-se a esse critério a identificação de aspectos morfológicos voltados para a caracterização do formato do nariz, espessura e forma dos lábios, formato do crânio, entre outros fatores, podendo incluir-se ainda aspectos mentais que visavam o aperfeiçoamento da classificação. No século XX, foram adicionados os aspectos sanguíneos que evidenciaram os marcadores genéticos de cada raça (Silva, 2019).

Constata-se a partir dos estudos relacionados em Nora (1993), Pinto e Ferreira (2014), e Silva (2019) que há a presença de um compromisso político na identificação de raças, sub-raças e sub-sub-raças humanas, por meio de marcadores não necessariamente válidos para o espaço científico atual, mas para a finalidade de segregação social. É enfático afirmar que a presença de designações étnico-raciais

em uma comunidade, mesmo que sem suporte válido, é elemento propulsor de desigualdades em diversas localidades, dentre elas o impacto direto nas oportunidades de desenvolvimento educacional, profissional, social, econômico e cultural.

Em valor dado à interpretação e identificação da perpetuação da Memória Colonial negra, em específico à situada no Brasil, destaca-se que apesar do racismo ter surgido de um cenário político como uma doutrina científica próxima ao evento da Abolição da Escravatura e, conseqüentemente, contra a separação igualitária de bens e privilégios, sua formatação atual não se resume a uma reação ao movimento político igualitário no passado, mas como um modo das elites intelectuais manter e proteger seus privilégios.

A perpetuação da Memória Colonial negra é, portanto, compreendida como uma maneira de manter e proteger os bens e privilégios que uma sociedade elitista construiu, resultando em uma série de ações que buscam favorecer a um indivíduo que historicamente detém e deve ser identificado por seus privilégios, por ordem sendo caucasiano, de origem europeia e rica. A maior aproximação a este padrão confere ao indivíduo maiores privilégios em relação social.

Compreendendo que a informação desempenha um papel fundamental na formação da memória, tanto em um sentido amplo quanto no estrito da memória social, é crucial ter uma abordagem cuidadosa nos processos de gestão e mediação associados a elas. Conforme destacado por Almeida Júnior (2009 *apud* Lima *et al*, 2003), é por meio desses processos que a informação, enquanto objeto, pode atender, de maneira direta ou indireta, consciente ou inconscientemente, individual ou coletivamente, às necessidades informacionais que, neste caso, representam a própria construção da memória, seja de forma integral ou parcial. A mediação engloba uma variedade de fenômenos distintos, dependendo do campo do conhecimento em que está inserida e/ou das circunstâncias históricas nas quais se desenvolve (Lima *et al*, 2023).

Nojosa, Melo e Berrêdo (2021, p. 81-82) explicam que, a partir da perspectiva dada por Tomaim (2019), o meio audiovisual é um lugar e mídia 'de memória' que possibilita a problematização desse sistema, desempenhando seu papel enquanto "objeto de instrumentalização (ou articulações) de memórias e identidades que visam

colocar em prática um discurso sobre o passado, que nos seja convincente e comovente”.

O recurso audiovisual é citado nesse meio, portanto, como uma fonte de informação terciária, que media a memória documentada (fonte primária) e suas reconsiderações (fonte secundária) para reflexão que deve ser transmitida para a sociedade por meio de novas tecnologias de interação, quando apresentada em formato de filme, no entanto, é entendida como uma fonte primária. Desta forma, uma das ferramentas para a divulgação e identificação da perpetuação da Memória Colonial como fenômeno de interferência nas oportunidades individuais de pessoas negras é o recurso audiovisual.

4 FILME *MEDIDA PROVISÓRIA*: fonte de informação para o memória negra

O longa-metragem intitulado *Medida Provisória* é uma obra de teor dramático e distópico que busca abordar sobre as diferentes facetas do racismo e da perpetuação da Memória Colonial. O filme atraiu o público não apenas pela promessa contínua ao longo das medidas de prevenção implementadas durante a pandemia do COVID-19, mas também pela sua história e elenco.

Medida Provisória retrata a história de Capitú, Antônio e André, três jovens negros com diferentes consciências de suas identidades étnicas. Capitú e Antônio são, respectivamente, médica e advogado, e estão em relacionamento sério, onde moram juntos e dividem um apartamento com André, primo de Antônio. Capitú, interpretada por Taís Araújo, não entende a necessidade de haver organizações, protestos e movimentos em prol dos “melanina acentuada”, como designam-se formalmente as pessoas negras da população, se há leis que garantem seus direitos políticos. O personagem do ator anglo-brasileiro Alfred Enoch, Antônio, busca entender o lado da parceira, no entanto, também compreende o discurso de seu primo, afinal como advogado percebe que a cobrança pelos direitos e o repúdio aos atos que interferem tais ações parece ser o único meio de se alcançar o sistema público. André, vivido por Seu Jorge, por ser jornalista, busca criticar um governo que promete dar aos melanina acentuados uma indenização pelos atos do passado e nunca os cumprir devidamente.

A trama apresenta-se com uma promessa do governo nacional de indenizar a pessoa melanina acentuada mais velha daquela comunidade pelo período da

escravatura brasileira. Com toda a imprensa registrando o momento, identifica-se que a pessoa a receber o valor monetário é uma idosa que trabalha em carros de aplicativo para sobreviver, no entanto, a cena épica desmorona-se ao descobrir-se que não há dinheiro e o governo teria descumprido o acordo feito. O enredo então começa a introduzir aos poucos cada um dos personagens que serão essenciais para a história e seu arco: Antônio, que emite uma nota de repúdio em pleno tribunal judiciário, e também quem observa a cena de censura começar a se agravar; André, que está presente nos movimentos em prol dos direitos da melanina acentuada e utiliza de seu espaço enquanto jornalista para ampliar o acesso à situação; e Capitú, que se mantém cética sobre o caso até notar pequenas modificações em seu cotidiano.

O ápice desta obra começa quando o governo, buscando encerrar com todas as polêmicas de seus atos racistas, emite uma medida provisória que permite às autoridades a caça e extradição de pessoas negras para seu local de origem histórica: o continente africano. Aqueles que decidem se opor à nova medida tem apenas duas opções: esconder-se em “*afro-bunkers*”, os quilombos modernos, ou manter-se em casa sob a proteção de uma propriedade privada.

Sendo o longa-metragem de 2020 baseado em *Namíbia, Não!*, peça de teatro e livro de autoria de Anunciação (2012), Gomes e Santos (2019) comentam a necessidade do autor em apurar a perpetuação da Memória Colonial, principalmente em futuros distópicos, pois destaca o *looping* comportamental a qual somos guiados socialmente. Assim, Anunciação (2012, p. 17) adverte que: “o tempo em que se passa ação da peça será sempre cinco anos à frente do tempo atual de sua montagem” e que esse critério destaca seu valor e contexto futurista. Nesse futuro próximo, os espaços e detalhes de seu enredo indicam a intenção do Estado brasileiro de forçar uma nova diáspora que elimine a população negra do país independente da opinião popular, e por mais que a personagem de Antônio se negue a acreditar, é explícito que ele e seu primo André, com quem se esconde até a situação “passar”, estão no grupo de pessoas que podem experimentar a diáspora reversa.

Observa-se que enquanto os personagens de Antônio e André se veem presos em seu apartamento, sem acesso à água ou internet como medida governamental para coagi-los, lutando para manter seus direitos em meio à fome e sede, mesmo

quando apresenta-se que Antônio é portador de diabetes e em baixo estoque de insulina, o destino de Capitu não é direcionado ao mesmo local.

Uma vez que a personagem estava em seu trabalho no momento em que a medida foi emitida, o estrear da medida para Capitu lhe permite finalmente compreender com profundidade os impactos causados pela perpetuação de uma Memória Colonial. Ela não só é caçada enquanto busca voltar para casa, como também observa uma diversidade de pessoas negras, que também não se identificavam por completo dentro dessa comunidade, serem brutalmente presas e colocadas em veículos de segurança máxima para a diáspora forçada.

A fuga de Capitu do hospital ao apartamento nunca se conclui, pois no acentuar dos fatos, acaba sendo redirecionada para um *afro-bunker*. Destaca-se que independente da localidade onde as personagens se encontrem, cenas de sua vida antes da medida legislativa são repassadas em suas cabeças, demonstrando muito do que se foi perdido, dos planos a serem feitos e da maturidade forçada imposta a eles. Assim, percebe-se que:

A peça oferece esse movimento de prolepse, que no cinema se assemelharia a uma espécie de *flashforward*, o qual é a exibição em *flashes* de um incidente que vai ou pode ocorrer adiante do que está sendo narrado. Entretanto, a obra não conjectura um futuro pro personagens, pois, Antônio e André estão se vendo vivenciando, no presente, um 'terror racial' em que se veem obrigados a regressar ao seu 'país de origem' por medidas legais do Estado brasileiro, ainda que nascidos no território do qual estão sendo retirados (Santos; Gusmão, 2021, p. 2).

A realidade demonstrada por Anúnciação (2012) através do longa-metragem, apesar de ser distópica, possui fins de reflexão sobre a perpetuação de uma

Memória Colonial que continua a assombrar a população negra e que, constantemente, interfere nas ações iniciadas e desenvolvidas pelo Movimento Negro em prol do reconhecimento dos direitos civis, jurídicos e humanos de indivíduos afro-descendentes.

Comolli (1980 *apud* Crespo, 2019) explica que já demonstrava que os enunciados encontrados em obras cinematográficas faziam parte de grupo de aparatos sociais que representavam o espaço político, artístico, histórico e ideológico. Percebe-se a partir desse estudo que a sociedade é impulsionada por suas representações, isto é, não há uma percepção completa da realidade, e os fatos e lugares que conhecemos por uma mediação audiovisual favorece o estabelecimento

de falsas memórias e conhecimentos em nossos pensamentos. Assim, se considerarmos a lógica de que a maioria dos audiovisuais em *mainstream* ao longo dos anos direcionam-se para contar a história do colonizador, favorecendo seu papel de herói, e do colonizado como aquele que resume-se a impedir seus atos ou submeter-se aos seus apelos, percebe-se a razão pela qual a Memória Colonial permanece viva. Para Crespo (2019, p. 28),

O produto cinematográfico é percebido como uma 'janela para o mundo' que permite visualizar um recorte histórico de determinada sociedade, por meio da representação de seus costumes, cultura, comportamento e estágios tecnológicos. Duplamente representativo, o cinema é uma determinada 'leitura' do tempo ficcional, e também permite a análise de grande conjunto de informações, sociais, tecnológicas e comportamentais, sobre o tempo em que foi realizado.

Gomes (2017 *apud* Silva, 2019) explica que a discussão sobre relações raciais no Brasil é marcada por uma diversidade de conceitos e termos, o que gera desentendimentos em estudos sobre quais seriam os mais adequados para abordar o assunto. Teóricos, intelectuais e ativistas que tratam desse tema possuem perspectivas teóricas e ideológicas diversas, baseadas em suas áreas de atuação e posicionamento político, onde os aspectos históricos e conceituais são imprescindíveis para compreender as teorias sobre as relações raciais e as interpretações presentes na sociedade brasileira.

Pinto e Ferreira (2014) comentam que, a partir de seu nascimento, os seres humanos recebem uma série de características e identificações dos grupos aos quais pertencem, onde estas são internalizadas em diferentes graus, podendo causar um sentimento de pertencimento e/ou rejeição conforme as situações colocadas. Embora essas primeiras identificações sejam necessárias por oferecerem referências sociais e históricas aos sujeitos, também é importante observar que elas tratam a identidade como algo fixo, desconsiderando sua natureza processual.

Destaca-se nesse processo identitário, a influência da socialização primária na formação da identidade da pessoa negra. Em casos em que a família e pessoas próximas internalizam valores negativos em relação ao seu grupo racial, é muito provável que transmitam esses valores aos filhos, sem questioná-los, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos contra pessoas negras. A absorção desses valores negativos à criança negra gera a reprodução desses sentimentos à

priori e contribui para a criação de um ciclo vicioso no qual há a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Assim:

Se assumirmos que as interações sociais são processos constitutivos das identidades pessoais, situações como a da família que silencia acerca de suas características etnoraciais podem favorecer a introjeção de valores negativos de uma forma tácita, não só por parte da pessoa que se coloca no 'outro grupo' mas, o que é mais dramático, pelo próprio afrodescendente em relação a si mesmo. Identidades assim constituídas conservam a incapacidade de desenvolver atitudes afirmativas quanto às especificidades raciais (Ferreira, 2002 *apud* Pinto; Ferreira, 2014, p. 263).

Para Cerigatto e Casarin (2015), desenvolver a habilidade de leitura crítica auxilia o espectador, especialmente ao assistir a um filme, a compreender que elementos como o processo de filmagem e montagem, a seleção de personagens e o roteiro são permeados por uma perspectiva ideológica. Essa abordagem pode estar vinculada a valores específicos e a interesses nas esferas política, social, religiosa, científica, entre outros aspectos que definem esse tipo de fonte midiática. O pensamento trazido pelas autoras apenas reforça a reflexão sobre as informações encontradas sobre o filme *Medida Provisória* e como se mostra genuíno quanto aos aspectos socioculturais brasileiros, principalmente no quesito de memória negra, mesmo sob controvérsias políticas.

Uma vez que a visão de mundo de um indivíduo auxilia em seu ajuste social, observa-se que o preconceito e a discriminação racial enfrentados pela pessoa negra frequentemente a colocam em conflito em relação à sua identidade e seu espaço social. O processo de sensibilização em relação à sua situação de discriminação racial, só é possível assim ao impor ao seu cotidiano a passagem por experiências significativas que a impactem, como o contato com sua ancestralidade, os estudos sociopolíticos e situações de discriminação racial próxima. Essas experiências são essenciais para o desenvolvimento de uma postura crítica e consciente em relação a essa questão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme *Medida Provisória* provoca uma reflexão sobre a perpetuação da Memória Colonial negra, enfatizando que, mesmo em um contexto distópico, há uma preocupação sobre como as consequências desse fenômeno ditarão o cotidiano da comunidade negra brasileira. A absorção de valores transmitidos no que tange a

cultura negra é elemento fundamental para a identificação de uma comunidade e o entendimento de seus deveres, direitos e privilégios.

A relação entre passado e presente trabalhada no longa-metragem reflete sobre o futuro da população negra, questionando o conjunto de ações que podem contribuir para a perpetuação dessa Memória Colonial a partir do conhecimento geral de “história” e “memória” e sua inserção no meio social.

Destaca-se nesse processo identitário, a influência da socialização primária na formação da identidade da pessoa negra. No filme, a possível internalização de valores negativos em relação à população “melanina acentuada”, provoca não apenas uma medida de extradição em massa da população para o continente africano, como também catalisa momentos em que se faz presente a discussão sobre colorismo e a dificuldade de se identificar através desse fator. A absorção desses valores negativos em massa gera em um ciclo vicioso no qual a perpetuação de estereótipos e preconceitos impulsiona a trama.

Assim, colocando-se que o preconceito e a discriminação racial enfrentados pela pessoa negra frequentemente a colocam em conflito em relação à sua identidade e seu espaço social, e o processo de sensibilização à sua racialidade acontece a partir de um contato direto, o desenvolvimento de uma postura crítica e consciente em relação a essa questão é muitas vezes tardio. O audiovisual, ao desempenhar seu papel enquanto fonte de informação, auxilia esse processo e contribui para uma conscientização em idade mais juvenil.

Em suma, o longa-metragem *Medida Provisória* torna-se uma fonte de informação fundamental para a compreensão do papel da perpetuação da memória racial na luta contra a discriminação racial de pessoas negras no Brasil ao auxiliar amplamente na identificação racial e na absorção de cultura e memória negra. Os estudos e demais materiais utilizados para a sua construção e produção são considerados como critérios que auxiliam na classificação do filme como uma fonte de informação primária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *In*: LIMA, P. R. S. *et al.* Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a desinformação acerca da escravidão no Brasil. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 8, p. 153-170, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373033322_Entre_o_apagamento_da_memoria_e_a_reescrita_da_historia_a_desinformacao_acerca_da_escravidao_no_Brasil. Acesso em: 28 nov. 2023.

ANUNCIAÇÃO, A. **Namíbia, não!**. Salvador: EDUFBA, 2012.
BRITO, C. F. O filme como fonte de informação aplicado ao ensino da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, p. 6-18, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/93>. 5 maio 2022.

CARVALHO, K. Disseminação da informação e informação de inteligência organizacional. **DataGramZero**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5108>. Acesso em: 12 maio 2021.

CERIGATTO, M. P.; CASARIN, H. C. S. O audiovisual como fonte de informação na escola: desafios para a media literacy. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 31-52, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106609. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106609>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CRESPO, M. R. Arqueologia das mídias e profissionais da memória: uma relação simbiótica. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Porto, v. 3, n. 11, p. 22-33, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/5427>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

LEMOS, R. B. S.; FERREIRA, V. T. P. Fontes e usuários de informação em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. especial, p. 18-28, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126397>. Acesso em: 12 maio 2021.

LIMA, P. R. S. *et al.* Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a desinformação acerca da escravidão no Brasil. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 8, p. 153-170, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373033322_Entre_o_apagamento_da_memoria_e_a_reescrita_da_historia_a_desinformacao_acerca_da_escravidao_no_Brasil. Acesso em: 28 nov. 2023.

MEDIDA Provisória. Direção: Lázaro Ramos. Intérprete: Alfred Enoch, Taís Araújo, Seu Jorge. Brasil: Lereby e Lata Filmes, 2020. 1h38min.

NOJOSA, G. O.; MELO, L. B.; BERRÊDO, P. M. Documentário como fonte de informação. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14., 2021, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022. p. 77-87. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63538/1/2022_anais_erebd.pdf. Acesso em: 5 maio 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 5 maio 2023.

OLIVEIRA, E. F. T.; FERREIRA, K. E. Fontes de informação online em arquivologia: uma avaliação métrica. **Biblios**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 69-76, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1302/589>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ROSA, A. B. A. R.; SANTOS, R. A. A.; SIMIONATO, A. C. A documentação audiovisual para o ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16916>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTOS, M. S.; GUSMÃO, M. C. S. Presente, passado e futuro em Namíbia, não!. *In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 17, 2021, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132246.pdf>. Acesso em: 5 maio 2022.

SILVA, F. C. G. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1047/1/GARCES_Francielle_Versao%20%20%20Final_novembro_2019.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, D.; BORGES, R. História e memória das resistências negras na Bahia a partir do Acervo Nivalda Costa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 208-228, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1564>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TOMAIM, C. S. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, v. 46, n. 51, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2019.147902>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/147902>. Acesso em: 8 mar. 2021.